

mapa de pessoal desta Câmara Municipal e mantendo o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem.

25 de setembro de 2018. — A Vereadora do Pelouro do Planeamento, Mobilidade, Cultura e Recursos Humanos, *Maria João Macau*.

311684667

Deliberação n.º 1106/2018

Joaquim Cesário Cardador dos Santos, Presidente da Câmara Municipal do Seixal:

Torna público, em cumprimento do disposto no art. 56.º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que alterou a Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, vigorando com as alterações da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, a deliberação n.º 275/2018-CMS tomada na reunião ordinária, realizada em 12 de setembro:

«Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente em matéria de recursos humanos — aditamento

Considerando que:

A gestão e direção dos recursos humanos é uma competência do Presidente da Câmara.

A Câmara Municipal do Seixal tem vindo a delegar no seu Presidente as competências em matéria de recursos humanos.

Pela Deliberação n.º 380/2017-CMS de 28 de outubro, a Câmara Municipal delegou no Presidente as competências em matéria de recursos humanos previstas nos artigos 7.º, 8.º e 13.º do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, relativas à determinação do posicionamento remuneratório e à fixação do universo dos cargos e o das carreiras e categorias onde a atribuição de prémios de desempenho pode ter lugar.

Por mero lapso, na proposta de delegação de competências que esteve na origem daquela deliberação, não foi incluída, como habitualmente, a competência para promover o recrutamento e a respetiva publicação, a que se refere o artigo 9.º do mesmo DL n.º 209/2009, de 3 de setembro.

A intenção de promover o recrutamento de pessoal para colmatar as necessidades sentidas pelos serviços da Câmara Municipal.

Proponho que a Câmara Municipal delibere delegar no seu Presidente, a competência para promover o recrutamento e a respetiva publicação, a que se refere o artigo 9.º do DL n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro.

A aprovação desta proposta pela Câmara Municipal não implica a alienação das suas competências, porquanto sempre será informada dos atos praticados em execução da delegação e poderá revogá-los, diretamente ou em sede de recurso pelos interessados, assim como poderá fazer cessar a delegação de competências.

Por outro lado, por coerência com os princípios que sustentam a delegação de competências nesta matéria, é intenção do signatário proceder à subdelegação desta competência na Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento, Mobilidade, Cultura e Recursos Humanos.»

24/09/2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Joaquim Cesário Cardador dos Santos*.

311684075

MUNICÍPIO DE SILVES

Aviso n.º 14554/2018

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 4 e n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, homologuei em dezassete de setembro de dois mil e dezoito, a conclusão com sucesso, do período experimental do trabalhador, contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Julien Cristophe Simões Hervy, com a categoria de Assistente Operacional (área de atividade — Eletricista).

21 de setembro de 2018. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

311679937

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 14555/2018

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 1 do ponto XXI da deliberação da Câmara

Municipal de Sintra tomada em 30 de outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o Projecto de Regulamento Municipal Rea VIVA Sintra — Programa de participação para a realização de obras de imóveis em ARU's, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação Edital nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lg. Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

20 de setembro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

311682747

MUNICÍPIO DE TONDELA

Aviso n.º 14556/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início no dia 1 de agosto, com a seguinte trabalhadora:

Sónia Cristina Machado de Almeida, para a carreira e categoria de Técnico Superior na área de Direito/Jurista, com a remuneração base de 1201,48, correspondente à 2.ª Posição Remuneratória, Nível 15, tendo sido constituído o seguinte Juri de acompanhamento do período experimental:

Manuel Augusto Dias Andrade e Joana Cláudia Cordeiro Ferreira Chaves — Chefes de Divisão e Regina Maria Lopes Rodrigues — Técnica Superior.

26 de setembro de 2018. — A Vereadora, *Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira*.

311682374

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Aviso n.º 14557/2018

1 — Publica-se a abertura, pelo prazo de 10 dias úteis, dos concursos internos de acesso limitado, para provimento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da carreira não revista de Fiscal Municipal, na sequência da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de Vale de Cambra, datada de 05-06-2018 e por meu despacho de autorização, datado de 25-09-2018, no uso de competências que me foram delegadas em matéria de gestão de recursos humanos em 26-10-2017, para desempenhar funções na Divisão de Planeamento Ambiente e Gestão:

Ref.ª A — 2 postos de trabalho, Carreira/Categoria — Fiscal Municipal Principal;

Ref.ª B — 1 posto de trabalho, Carreira/Categoria — Fiscal Municipal de 1.ª Classe;

A abertura do presente concurso foi precedida de consulta à Direção Geral da Qualificação dos trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto Entidade Gestora, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de pessoal em situação de valorização profissional, previsto no n.º 1 do artigo 34.º do anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, tendo informado em 16-07-2018, que não existem trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil identificado por este organismo.

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na versão atual, e do n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, declara-se que não existem reservas de recrutamento internas constituídas no âmbito de concursos anteriormente

desencadeados. Após consulta à AMP, esta informou, em 16-07-2018, não ter constituído a EGRA para os seus municípios.

2 — Ao presente processo serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 238/99 de 25 de junho.

3 — Prazo de validade — o concurso cessa com o preenchimento dos lugares abertos para este concurso.

4 — Requisitos de admissão ao concurso:

O concurso é restrito a trabalhadores deste Município.

4.1 — Ref.ª A — podem concorrer Fiscais Municipais de 1.ª classe, com pelo menos três anos na categoria e avaliação de desempenho não inferior a “Adequado”.

Ref.ª B — podem concorrer Fiscais Municipais de 2.ª classe, com pelo menos três anos na categoria e avaliação de desempenho não inferior a “Adequado”.

5 — Formalização de candidaturas

As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte de papel, através do preenchimento de formulário-tipo, de utilização obrigatória, disponível no endereço: <http://www.cm-valedecambraportugal.pt>, ou solicitado e entregue pessoalmente no Serviço de Atendimento ao Município, ou remetido por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a entrega de candidaturas, para Município de Vale de Cambra, Av. Camilo Tavares de Matos, n.º 19, 3730-901 Vale de Cambra, com indicação do Procedimento Concursal, devendo conter, obrigatoriamente, a identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, número de Identificação Fiscal, morada completa, contacto telefónico e endereço eletrónico, caso exista);

Não é permitida a apresentação do requerimento de candidatura ou documentos, por via eletrónica.

As candidaturas devem ser acompanhadas do currículo profissional detalhado, ficando os trabalhadores dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem nos respetivos processos individuais, ou seja, natureza do vínculo, carreira, categoria e atividade executada, respetivo tempo de serviço e as avaliações de desempenho.

5.1 — O *Curriculum Vitae* deve ser detalhado, atualizado, datado, donde conste designadamente as ações de formação, congressos, seminários, simpósios, encontros, jornadas, fóruns, estágios, e experiência profissional, os quais devem constar nos processos individuais, sob pena dos mesmos não serem considerados em sede de avaliação curricular, quando aplicável.

6 — A remuneração é afixada nos termos da escala indicária constante do Anexo III do Decreto-Lei n.º 412-A/98 de 30 de dezembro.

7 — O local de trabalho será no Município de Vale de Cambra.

8 — Conteúdo Funcional da carreira/categoria de Fiscal Municipal (Despacho n.º 20/94 do SEALOT, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 12 de maio) — «Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica» e conteúdos funcionais previstos no anexo I da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014.

9 — Os métodos de seleção a utilizar são a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

9.1 — AAC visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respetivo currículo profissional, tendo em conta a Habilitação Académica de base (HA), a Formação Profissional (FP) em que se ponderam as ações de formação e aperfeiçoamento profissional, a Experiência Profissional (EP) em que se pondera o desempenho efetivo de funções na área de atividade para a qual o concurso é aberto e Avaliação de Desempenho (AD) obtida nos dois últimos biénios.

A AC será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = HA \times 30 \% + FP \times 30 \% + EP \times 35 \% + AD \times 5 \%$$

9.2 — A EPS visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

A EPS será expressa numa escala de 0 a 20 valores.

10 — Serão excluídos os candidatos que não compareçam aos métodos de seleção ou os que obtenham classificação inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção ou na classificação final.

11 — Classificação Final (CF) dos candidatos:

A CF dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação nos métodos de seleção, é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos métodos de seleção, de acordo com a fórmula a seguir identificada:

$$CF = 50 \% \times AC + 50 \% \times EPS$$

12 — Composição do Júri:

Presidente: Eng.º Óscar da Silva Brandão, Técnico Superior;

Vogais efetivos: Dr. Armando Francisco Adriano Ribeiro, Técnico Superior, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos e Arquitecta Isabel Costa Bastos, Técnica Superior;

Vogais suplentes: Eng.º José Carlos Bastos Roque, Técnico Superior e Eng.ª Helena Maria Silva Bastos, Técnica Superior.

13 — As atas do júri serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

15 — A lista de candidatos admitidos será afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Vale de Cambra, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho. A notificação dos candidatos excluídos será realizada de acordo com o disposto no artigo 34.º do mesmo diploma. A publicitação da lista de classificação final será efetuada nos termos do artigo 40.º do referido Decreto-Lei n.º 204/98.

16 — A lista, ordenada alfabeticamente, dos resultados obtidos em cada método de seleção, bem como a lista unitária de ordenação final, após homologação, serão afixadas no Serviço de Atendimento ao Município e disponibilizadas na página eletrónica <http://www.cm-valedecambraportugal.pt>, desta Câmara Municipal.

17 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

25 de setembro de 2018. — A Vereadora, *Maria Catarina Lopes Paiva*.

311681507

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

Aviso n.º 14558/2018

Celebração de contratos no âmbito de procedimentos concursais com vista à regularização extraordinária de vínculos precários — Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em regime de funções públicas por tempo indeterminado no âmbito da abertura de procedimentos concursais com vista à regularização extraordinária de vínculos precários, com os seguintes trabalhadores:

Adélia Maria Azevedo Neves, Albina Oliveira Amorim, Albino Cândido Oliveira Cruz, Ana Andreia Pereira Lima Gonçalves Ferreira, Ana Júlia Arrigada Mesquita, Ana Maria Gonçalves Ferreira, Ana Paula Silva Custódio Teixeira, Anabela Gonçalves Silva Salgado, Andrea Ferreira Castro, Andreia Susana Ferreira Costa Mendes Oliveira, Angelina Maria Oliveira Costa Pereira, António Fernando Silva Moleiro, Branca Flora Maciel Silva Costa, Carla Marisa Silva Moreira, Carla Sofia Pinto Mesquita Carneiro, Carolina Dias Teixeira, Carolina Flores Lopes, Catarina Manuela Machado Vidal, Célia Joana Vareiro Maia Santos, Cláudia Monte Silva, Daniel Clementino Sá Moura, Duarte Filipe Agra Silva, Elisa Manuela Macedo Vasco, Elisa Maria Costa Santos, Elisa Viana Macedo Graça, Elsa Conceição Costa Mandim Silva, Elsa Cristina Martins Lopes Silva, Elsa Maria Gomes Regufe, Fátima Alexandra Jesus Santos, Fátima Cristina Cunha Esponjeira, Francelina Martins Alves Torres, Helena Alexandra Aguiar Estrela Dias, Isidoro Silva Maia, Joana Cristina Costa Ferreira, Joana Filipa Vale Bessa, Joana Maria Gomes Costa, Joana Maria Sousa Mandim, Joaquina Pereira Silva, Júlia Cristina Freitas Ferreira, Laura Maria Real Serra, Laurinda Maria Paiva Ramos, Lúcia Maria Vieira Frasco, Lúcia Maria Azevedo Ferreira Silva, Lúcia Maria Rocha Magalhães, Luís Filipe Magalhães Barros,